

Obstrução, a principal iniciativa do semestre

Da sucursal de
BRASÍLIA

O bloqueio oposicionista às votações da ordem do dia no Senado, durante quase 80 dias, foi o principal fato político vivido pelo Congresso no semestre legislativo que se encerrou ontem. Se isso impediu que os senadores pudessem apresentar um trabalho de relevo, o acordo que encerrou a obstrução o teve pelo menos o mérito de fazer com que o governo definisse as linhas básicas e o cronograma das reformas eleitorais para 1982, reivindicação das oposições ao negarem *quorum* para as votações em plenário.

Ainda como reflexo dessa situação, a pauta de propostas acumuladas ao longo do bloqueio, com 30 itens, foi aprovada, o que constituiu num total jamais reunido em uma única ordem do dia. O bloqueio às votações — conduzido depois que o partido governista rejeitou projeto do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) para regular as coligações partidárias — apresentou praticamente, o tema único dos debates no plenário do Senado.

Suporte político do governo no Parlamento, o PDS reagiu até onde foi possível, mas terminou por preferir a via das negociações, garantindo, pela palavra do líder Nilo Coelho, que "nada será imposto pela força" e que os oposicionistas "serão ouvidos" na fase de preparação dos projetos da reforma.

Na Câmara, se não houve obstrução, também de pouco valeu o pedido do presidente Nelson Marchezan às lideranças partidárias para incentivar o comparecimento ao plenário: na parte final dos trabalhos, entre as 16 e 18h30, a média de presença continuava em torno de 20 parlamentares, ou 5% dos 420 deputados federais.

Para movimentar o plenário, só mesmo o comparecimento de ministros de Estado atendendo à convocação para prestação de esclarecimentos sobre a administração pública: Mário Andreazza, do Interior, Elizeu Resende, dos Transportes, e Jair Soares, da Previdência Social, os três ministros que atenderam a convocações nesse primeiro período, atraíram ao plenário mais de 100 deputados em cada depoimento.

Quanto à participação dos legisladores no processo político nacional, se não chegou a ser inócua, foi pouco significativa, como há tantas legislaturas. Até o processo de abertura, que no ano passado comportou iniciativas importantes, em nada evoluiu durante o primeiro semestre de 81, segundo constataram políticos de todos os partidos.

Também o Palácio do Planalto praticamente esqueceu o Congresso a partir da bomba do Riocentro, dedicando especial atenção ao desdobramento do episódio na área militar. Ao mesmo tempo, os principais assessores do presidente João Figueiredo aprofundavam estudos sobre a legislação eleitoral.

O restante do tempo foi consumido em estudos sobre a Lei dos Estrangeiros, cuja conclusão ainda está em negociações. Se faltou peso às suas manifestações, o plenário continuou cumprindo sua função de destinatário de reivindicações: entre 50 e 70 deputados, diariamente, registraram ali seu "recado", que pode ir desde o pedido de uma pequena cidade até os interesses maiores de importantes setores de produção.

COMISSÕES

A maior ofensiva oposicionista contra o governo ocorreu na CPI da Corrupção, em que a liderança do PDS mobilizou cinco vice-líderes para acompanhar os trabalhos e mesmo assim foi criticada pelo chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, que queria melhor aproveitamento da denúncia de corrupção contra seu relator, deputado Walber Guimarães (PP-PR).

Várias praxes parlamentares foram quebradas pelo PDS para impedir a apuração de atos irregulares na administração pública. O autor da CPI que investiga os negócios "especiais" da Quatro Rodas, deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), foi vetado para o cargo de relator pelo líder governista Cândido Sampaio, sob a alegação de que tinha "opinião formada" sobre o assunto.

Mas o verdadeiro "ato de desespero" governista, segundo os deputados da oposição, foi a proposta do vice-líder Jorge Arbage (PDS-PA), que pretende excluir da CPI da corrupção os casos que tenham sido objeto de apuração, com conclusão ou em andamento.

Das sete CPIs que funcionaram este semestre na Câmara, apenas a do café de iniciativa do PDS. O presidente da Casa, Nelson Marchezan, criou uma comissão especial do deficiente e uma comissão permanente de defesa do consumidor. No Senado, as CPIs ficaram praticamente paralisadas — a mais ativa do ano passado, que estudava o acordo nuclear com a Alemanha, foi abandonada pela oposição depois que o PDS vetou a convocação do chefe da DSI do Ministério das Minas e Energia, que acusou os senadores de tramocar aquele tratado; e uma das mais antigas, sobre a devastação da Amazônia, não se reuniu porque seu presidente, Evandro Carneira (PMDB-AM), não tem ido a Brasília.